

HABEAS CORPUS Nº 548.652 - PR (2019/0357098-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WILLIAM ELQUEDER SILVESTRI
ADVOGADO : WILLIAM ELQUEDER SILVESTRI - PR076828
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : KARRISON JULIANO JAGUSZESKI (PRESO)
PACIENTE : MAICON DOUGLAS MENDES DE MATTOS (PRESO)
PACIENTE : WILLIANS SANTOS CAVANHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de KARRISON JULIANO JAGUSZESKI, MAICON DOUGLAS MENDES DE MATTOS e WILLIANS SANTOS CAVANHA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na (Apelação Criminal n. 0035210-74.2018.8.16.0030).

Consta dos autos que sobreveio sentença condenando os pacientes pela prática do crime tipificado pelo artigo 157, § 2º, incisos II e V, do Código Penal às penas (KARRISSON) 06 (seis) anos, 11 (onze) meses e 12 (doze) dias de reclusão, em regime fechado, (MAICON DOUGLAS) à pena de 07 (sete) anos, 02 (dois) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, em regime fechado, e (WILLIANS) à pena de 7 (sete) anos, 02 (dois) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, em regime fechado.

Interpostas apelações perante o TJPR, a da defesa foi desprovida e a da acusação, parcialmente provida, em acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CRIMINAIS. CRIME DE ROUBO MAJORADO (ART. 157, § 2º, II e V DO CÓDIGO PENAL E §2º-A, I DO CÓDIGO PENAL, NA FORMA DO ARTIGO 70 DO MESMO DIPLOMA LEGAL). INSURGÊNCIA DA DEFESA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

APELAÇÃO 1: SENTENÇA ABSOLUTÓRIA PARA UM DOS RÉUS. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PLEITO MINISTERIAL DE CONDENAÇÃO DE ANDERSON PELO CRIME DE ROUBO MAJORADO. IMPOSSIBILIDADE ANTE A NÃO CONFIRMAÇÃO DAS PROVAS INDICIÁRIAS EM JUÍZO. PLEITO MINISTERIAL DE RECONHECIMENTO DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO PARA OS DEMAIS RÉUS. POSSIBILIDADE. VÍTIMA QUE FOI ENFÁTICA EM AFIRMAR QUE O

DELITO FOI COMETIDO POR CINCO INDIVÍDUOS SENDO TRÊS ARMADOS. PALAVRA DO OFENDIDO QUE ASSUME ESPECIAL RELEVÂNCIA NOS DELITOS CONTRA O PATRIMÔNIO. APELO 1 CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

APELAÇÃO 2: ALEGAÇÃO PRELIMINAR DE NULIDADE DAS DECLARAÇÕES DAS VÍTIMAS NA FASE POLICIAL E CONSEQUENTEMENTE DO AUTO DE RECONHECIMENTO. VÍTIMAS ESTRANGEIRAS. AUSÊNCIA DE INTÉRPRETE. NÃO ACOLHIMENTO. FORMALIDADES. RECOMENDAÇÃO LEGAL CUJA INOBSERVÂNCIA NÃO ACARRETA NULIDADE. PREVALÊNCIA DO CONTEÚDO DO ATO, EM DETRIMENTO DA SUA FORMA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE ROUBO MAJORADO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO APTO A JUSTIFICAR A CONDENAÇÃO. RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DOS RÉUS PELA VÍTIMA. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES PATRIMONIAIS, CORROBORADA PELAS DEMAIS PROVAS COLHIDAS NOS AUTOS. PLEITO DE REFORMA DA DOSIMETRIA DA PENA. PEDIDO DE REDUÇÃO DA BASILAR. MOTIVAÇÃO IDÔNEA COM BASE EM ELEMENTOS CONCRETOS DO AUTOS QUE PERMITEM A EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. TERCEIRA FASE. PLEITO DE FIXAÇÃO NO PATAMAR DE UM TERÇO. IMPOSSIBILIDADE. MANTIDA EXASPERAÇÃO DA PENA EM TRÊS OITAVOS. PLEITO DE ALTERAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. MANTIDO O REGIME FECHADO. PRETENSA DESCONSIDERAÇÃO DO CONCURSO FORMAL DE CRIMES. IMPOSSIBILIDADE. DELITO PRATICADO CONTRA VÍTIMAS DISTINTAS, COM SUBTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE CADA UMA DELAS, MEDIANTE UMA SÓ AÇÃO DOS AGENTES. APELO 2 CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando que não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP, sendo que a gravidade abstrata do delito, por si só, não pode servir como fundamento.

Afirma que a violência física e a ameaça são meios necessários para a caracterização do crime de roubo, não podendo os pacientes serem punidos pela majoração das penas-base em razão da inexistência de laudo de lesão corporal, bem como porque a vítima sequer reconheceu qual dos pacientes teria lhe agredido.

Requer, em liminar, a revogação da prisão preventiva dos pacientes e no mérito, seja confirmada a ilegalidade na manutenção das prisões dos pacientes, por excesso de prazo na formação das culpas.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator